

# Orçamento ‘apertado’ deverá ter ajustes

## Proposta a ser enviada ao Congresso hoje terá forte contração de despesas e expectativa de revisão

Por Lu Aiko Otta, Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

31/08/2021 05h01 Atualizado há 3 horas

---

O governo federal envia hoje ao Congresso uma proposta de Orçamento que comprime fortemente as despesas, o que deverá ser modificado futuramente, com o objetivo de sinalizar que o teto de gastos será respeitado em 2022, ano eleitoral. No Executivo, já é dado como certo que será preciso mandar ao Legislativo uma mensagem modificativa ao texto, assim que se souber como será tratada a questão dos precatórios.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2022 será encaminhado ao Parlamento sem definição quanto ao “meteoro” de R\$ 89 bilhões em sentenças judiciais a pagar, a proposta terá um desenho provisório e contemplará o pagamento integral dessa conta no ano que vem. O Bolsa Família, que o governo pretendia fortalecer e, com isso, animar os palanques em 2022, deverá ter seu orçamento congelado nos mesmos R\$ 34,5 bilhões de 2021 nesta primeira versão do PLOA.

Além disso, revelou uma fonte da área econômica, haverá “enxugamento” nas emendas de parlamentares ao Orçamento, “em nome do teto”. Com o envio do Orçamento, parte da responsabilidade pelo ajuste da peça será compartilhada com o Congresso.

Mas, a equipe econômica não chegará ao ponto de enviar ao Congresso uma proposta de Orçamento com menos dinheiro do que o necessário para pagar salários, informou uma fonte. Essa possibilidade havia sido levantada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para enfatizar o impacto da conta de precatórios sobre o conjunto dos gastos federais. Na semana passada, Guedes disse que o envio do Orçamento vai mostrar a “dramaticidade” da situação.

O PLOA será provisório também porque as despesas de Previdência e assistência estarão subestimadas. Devem ser corrigidas por uma variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) estimada em 6,2% neste ano, mas as projeções de mercado apontam para um crescimento da ordem de 8%. Cada ponto percentual a mais na inflação significa aproximadamente R\$ 8 bilhões a mais em despesas com aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais.

Tão logo seja encontrada uma solução para o pagamento das sentenças

judiciais, o plano é enviar ao Congresso uma Mensagem Modificativa do PLOA, explicou uma fonte. São pelo menos três elementos que poderão abrir caminho para descomprimir as despesas em 2022: a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, a negociação dos pagamentos de sentenças judiciais mediada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os efeitos da reforma tributária.

O plano A para fortalecer o programa assistencial é a aprovação da reforma do Imposto de Renda, disse ontem o secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt. O plano B, realizar cortes em incentivos tributários. O governo tem prazo até o dia 15 de setembro para enviar ao Congresso uma proposta de redução desses benefícios.

“Temos que trabalhar com regras postas, a Lei de Responsabilidade Fiscal pede compensação”, disse, acrescentando que se não houver aceitação por parte do Congresso da proposta de tributação de dividendos outra medida de compensação terá que ser apresentada.

O secretário comentou ainda que a negociação do pagamento de precatórios com intermediação do CNJ não substitui totalmente a PEC dos Precatórios. A proposta contém outros pontos, como a troca do indexador dos precatórios de IPCA mais a variação da poupança pela taxa Selic.

“É importante que as discussões andem em paralelo, afirmou. “Até porque precisamos ter a segurança de uma delas”, disse. Ele acrescentou que a proposta do CNJ tem o mérito de endereçar o “cerne” da preocupação, que é compatibilização do crescimento da despesa com o teto de gastos.

O PLOA deverá ainda estabelecer como meta de resultado primário (a diferença entre receitas e despesas, exceto juros da dívida) um déficit de R\$ 50 bilhões. A melhora em relação a este ano, quando a meta foi fixada em R\$ 247 bilhões negativos, deve-se principalmente ao desempenho melhor do que o esperado da arrecadação.

A mensagem modificativa deve ser enviada pelo Executivo assim que o governo tiver um sinal claro sobre como será feito o pagamento dos R\$ 89,1 bilhões de sentenças judiciais em 2022, o que inclui precatórios no valor de R\$ 62,2 bilhões.

Nesse cenário, que não considera o Auxílio Brasil, as despesas discricionárias também devem ficar próximas de R\$ 100 bilhões. Esse volume de recursos afastaria o risco de paralisia dos serviços públicos (“shutdown”), mas haverá grande comprometimento da capacidade de gasto do governo devido à disparada da inflação.

Mas, se for permitido um parcelamento, por exemplo, será aberto espaço para o aumento do valor do novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, que também passou a ser chamada de Bolsa Família turbinado. “Em decorrência do aumento com precatórios muitas políticas ficam prejudicadas como o aumento de investimentos, as políticas sociais, a ampliação do público alvo e o

reajuste dos benefícios dos programas de transferência de renda”, ressaltou um outro técnico ao **Valor**. “De fato, toda a elevação do teto foi parar nas despesas obrigatórias.”